

Evolução da Iniquidade educativa no ensino básico de Portugal. Eficácia das políticas educativas implementadas

Fernando Martínez-Abad, Carolina Alexandra Martins-Azinheiro, María Holgado-Aguadero, Juan Pablo Hernández-Ramos

RESUMO

Nos últimos 25 anos, Portugal destaca-se na promoção de políticas educativas relevantes orientadas à melhoria da qualidade do sistema. Dado que as evidências indicam que estas iniciativas tiveram sucesso no aumento dos níveis de rendimento académico dos estudantes do 3.º ciclo do ensino básico e do ensino secundário no início do século XXI, este estudo pretende analisar se, também, se observam melhorias nos níveis de equidade educativa. Foram utilizadas as bases de dados do PISA, em Portugal, para a obtenção dos indicadores de iniquidade e segregação, tanto a nível do estudante como a nível da escola. Apesar de ter iniciado com resultados desfavoráveis nas primeiras avaliações PISA, os resultados mostram como os níveis de iniquidade educativa entre escolas foi evoluindo positivamente em Portugal, chegando a situar-se, nos últimos anos, em níveis mais favoráveis que nos países vizinhos. Uma análise mais profunda sugere uma relação causal entre a evolução dos níveis de equidade e a implementação de políticas educativas no país. Estes resultados são fundamentais para orientar novas propostas políticas no domínio da educação com vista à promoção da justiça social.

Palavras-chave:

Equidade educativa; Segregação escolar; Políticas educativas; PISA; Portugal.

Evolution of Educational Inequality in Basic Education in Portugal. Effectiveness of Implemented Educational Policies

Abstract: Over the past 25 years, Portugal has stood out for promoting significant educational policies aimed at improving the quality of its system. Given that, the evidence suggests these initiatives successfully increased the academic performance levels of students in the third cycle of basic education and secondary education during the early years of the 21st century, this study seeks to analyze whether improvements are also observed in educational equity levels. PISA databases for Portugal were used to derive indicators of inequality and segregation at both the student and school levels. Despite initially obtaining unfavorable results in the early PISA assessments, the findings show how educational inequality levels between schools have evolved positively in Portugal, reaching more favorable levels in recent years compared to neighboring countries. A deeper analysis suggests a causal relationship between the evolution of equity levels and the implementation of educational policies in the country. These results are valuable for guiding new policy proposals in education aimed at promoting social justice.

Keywords: Educational equity; School segregation; Educational Policies; PISA; Portugal.

Évolution de l'Iniquité Éducative dans l'Enseignement Fondamental au Portugal. Efficacité des Politiques Éducatives

Resume: Au cours des 25 dernières années, le Portugal s'est distingué par la promotion de politiques éducatives pertinentes visant à améliorer la qualité de son système. Les preuves indiquent que ces initiatives ont réussi à augmenter les niveaux de performance académique des élèves du troisième cycle de l'enseignement de base et de l'enseignement secondaire au début du XXI^e siècle. Cette étude vise à analyser si des améliorations sont également observées en termes d'équité éducative. Les bases de données PISA pour le Portugal ont été utilisées pour obtenir des indicateurs d'iniquité et de ségrégation tant au niveau des élèves qu'au niveau des écoles. Bien que le pays ait commencé avec des résultats défavorables lors des premières évaluations PISA, les résultats montrent que les niveaux d'iniquité éducative entre les écoles ont évolué positivement au Portugal, atteignant ces dernières années des niveaux plus favorables que ceux des pays voisins. Une analyse plus approfondie suggère une relation causale entre l'évolution des niveaux d'équité et la mise en œuvre des politiques éducatives dans le pays. Ces résultats sont précieux pour guider de nouvelles propositions politiques en matière d'éducation, orientées vers la promotion de la justice sociale.

Mots-clés: Équité éducative; Ségrégation scolaire; Politiques éducatives; PISA; Portugal.

Evolución de la Inequidad Educativa en la Enseñanza Básica en Portugal. Eficacia de las Políticas Educativas Implementadas

Resumen: En los últimos 25 años Portugal destaca por promover relevantes políticas educativas orientadas a mejorar la calidad del sistema. Dado que las evidencias apuntan a que estas iniciativas han sido exitosas al aumentar los niveles de rendimiento académico de los estudiantes del tercer ciclo de educación básica y de educación secundaria en el primer cuarto del S.XXI, este estudio pretende analizar si también se observan mejoras en los niveles de equidad educativa. Se utilizaron las bases de datos de PISA en Portugal para obtener indicadores de inequidad y segregación tanto a nivel estudiante como a nivel escuela. A pesar de partir de cotas desfavorables en las primeras evaluaciones PISA, los resultados muestran cómo los niveles de inequidad educativa entre escuelas han evolucionado positivamente en Portugal, llegando a situarse en los últimos años en niveles más favorables que los países del entorno. Un análisis más profundo sugiere una relación causal entre la evolución de los niveles de equidad y la aplicación de las políticas educativas en el país. Estos resultados resultan valiosos para guiar nuevas propuestas políticas en materia educativa orientadas a la promoción de la justicia social.

Palabras clave: Equidad educativa; Segregación escolar; Políticas educativas, PISA, Portugal.

1. INTRODUÇÃO

Desde o início dos anos 90, a partir da publicação do Programa de Educação para Todos (UNESCO, 1990), a equidade tornou-se uma prioridade nas políticas de educação de todos os países. Graças a este e outros relatórios posteriores da UNESCO, outras organizações supranacionais como a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OECD) começaram a preocupar-se com a equidade, conferindo-lhe cada vez mais protagonismo. De facto, o Programa para a Avaliação Internacional de Estudantes (PISA) apresenta como um dos seus valores e objetivos a promoção da equidade educativa desde a sua primeira avaliação em 2000. A OECD (2023) destaca que este deve ser um dos objetivos principais ao estabelecer qualquer estratégia para a melhoria do sistema educativo.

Para obter medidas que permitam o diagnóstico dos níveis de equidade dos sistemas educativos, as avaliações PISA oferecem dados sobre o desempenho dos estudantes pertencentes ao ensino com idade compreendida entre os 15 e os 16 anos nas áreas de leitura, matemática e ciências e sobre variáveis contextuais de todo o tipo, correspondentes aos alunos, à família, aos docentes e à própria escola. Mais concretamente, esta investigação utiliza os resultados obtidos em Portugal nas avaliações PISA desde a sua primeira edição em 2000 até 2022 (OECD, 2023), para obter um panorama dos níveis de segregação, igualdade de resultados e igualdade de oportunidades e a sua evolução na educação em Portugal.

1.1 Igualdade, equidade educativa e justiça social

Equidade educativa e igualdade são termos abstratos e amplos que, há muitas décadas, são suscetíveis de várias interpretações e estão em constante debate (Bulkley, 2013). Por esse motivo, é fundamental delimitar conceptualmente estes termos para situar o foco de partida do presente estudo. Não se deve confundir equidade com igualdade, por um lado igualdade refere-se a um tratamento por igual a todas as pessoas, sem ter em conta a sua origem ou características e, por outro, equidade pressupõe ter em consideração as circunstâncias individuais quanto à distribuição de recursos, acesso à educação, etc. (Enchikova et al., 2024; Holgado-Aguadero et al., 2025).

A equidade considera as características singulares de cada pessoa, propondo uma distribuição de recursos proporcional e adaptada às necessidades e particularidades individuais ou coletivas. Por conseguinte, é possível afirmar que o conceito de equidade está intimamente relacionado com o de justiça social (Bolívar, 2012). Assim, quando se geram lacunas ou desigualdades devido ao não reconhecimento de características sobre as quais, tanto as pessoas como outros grupos sociais, não têm controlo pode falar-se em iniquidade ou falta de justiça social (Gromada et al., 2019).

O presente estudo compreende a justiça social como a prestação de um tratamento equitativo a todas as pessoas, tendo em conta o contexto (Bolívar, 2012); sendo a equidade um meio, ou uma ferramenta, que contribui para a alcançar. Mais concretamente, no âmbito educativo, entende-se a equidade como a possibilidade de todos os estudantes, independentemente do contexto em que se encontram, poderem desenvolver todo o seu potencial individual e coletivo, de modo a participarem, de forma plena, na sociedade (OECD, 2023).

Tendo em conta a existência de diferentes noções de equidade existem diferentes procedimentos para medir os níveis de equidade dos sistemas educativos (Martínez-Abad et al., 2024). Assim, distinguem-se três indicadores fundamentais de equidade: segregação, igualdade de resultados e igualdade de oportunidades (Enchikova et al., 2024).

A segregação pode ser definida como “a distribuição desigual dos estudantes em função das suas características sociais ou pessoais” (Murillo et al., 2023, p.89). Para quantificar esta medida, podem ser utilizados diferentes indicadores, como o índice de dissimilitude, o índice de Gorard ou o índice de inclusão sociodemográfica (Murillo, 2016) sendo, este último, baseado no Índice de Correlação Intraclasse (ICC) do nível socioeconómico e cultural familiar (NSE).

A medição da igualdade de resultados é proposta a partir de uma noção estrita de igualdade com base na crença que os resultados escolares contribuem para a melhoria futura das condições de vida e do status socioeconómico das pessoas. Isto reflete-se no âmbito educativo através das disparidades no desempenho, que evidenciam as diferenças existentes nos resultados dos estudantes de diferentes contextos (Dumont & Ready, 2023). Assim, é possível definir igualdade de resultados como as diferenças que existem nos resultados educativos, sendo estas medidas pela disparidade entre os estudantes ou instituições de ensino com melhor e pior desempenho, ou pela variação desses resultados (Enchikova et al., 2024). Neste caso, existem várias estratégias para o seu cálculo, entre outras (Gromada et al., 2019): desvio padrão ou variância entre as pontuações, coeficiente de Gini ou o ICC do desempenho académico.

Por último, a igualdade de oportunidades entende-se como o tratamento, por igual, de todos os estudantes de forma a mitigar, ou eliminar, o efeito que o NSE tem no rendimento ou desempenho académico (Bolívar, 2012). Desta forma, a abordagem de equidade como igualdade de oportunidades advoga pelo desenvolvimento de políticas e ações de discriminação positiva, através das quais sejam compensadas as disparidades enfrentadas por grupos vulneráveis. A medida mais comum de igualdade de oportunidades é a correlação entre o NSE e o desempenho alcançado, seja ao nível de estudantes ou de escolas (Gromada et al., 2019). Ao nível escolar é, também, possível obter, através de regressão linear, a inclinação da reta de

regressão entre o NSE e o rendimento, a qual indica a intensidade dessa desigualdade de oportunidades no contexto estudado (Enchikova et al., 2024).

1.2 Políticas educativas que promovem a equidade no sistema educativo português

Desde 1974, com a transição para a democracia, o sistema educativo português tem sido alvo de sucessivas reformas, impulsionadas pela consagração da educação como um direito fundamental na Constituição de 1976. Nas décadas seguintes, face ao atraso educativo do país, foram adotadas medidas de modernização, incluindo a gratuidade e obrigatoriedade do ensino, a diversificação das vias formativas, como a introdução do ensino profissional, e a aprovação da Lei de Bases do Sistema Educativo em 1986, que marcou o início de uma fase de reformas orientadas para a qualidade e equidade educativa. Na década de 1990, foram introduzidas medidas para a promoção da equidade educativa, como os Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP), estratégias de pedagogia compensatória, avaliação das escolas e incentivo à educação pré-escola (Barroso, 2003).

A adesão de Portugal à então Comunidade Económica Europeia intensificou a relação com os países membros, promovendo o intercâmbio de práticas educativas, a comparabilidade entre sistemas e a competitividade em torno da excelência. Este enquadramento europeu impulsionou políticas de modernização do ensino, reforço da avaliação e promoção da equidade e qualidade no acesso à educação (Barroso, 2003).

Portugal participa pela primeira vez, em 1995, numa avaliação internacional de larga escala: o Terceiro Estudo Internacional de Matemática e Ciência (TIMSS) da Associação Internacional para a Avaliação do Desempenho Educativo (IEA). Os resultados do TIMSS revelaram um desempenho inferior dos alunos portugueses do ensino primário face aos seus pares internacionais. Perante críticas à validade das provas, Portugal suspendeu a sua participação até 2011, com o objetivo de refletir sobre os resultados obtidos (Marôco, 2021). Apesar da suspensão, este período foi marcado por reformas significativas nas políticas educativas e curriculares, sendo o TIMSS considerado um ponto de viragem na identificação de fragilidades e na definição de estratégias de melhoria do sistema educativo (Carvalho et al., 2017).

Desde 2000, Portugal tem participado em todas as edições do PISA, registando uma melhoria progressiva nos resultados, especialmente a partir de esforços para reduzir desigualdades educativas. Após quinze anos, os estudantes portugueses atingiram a média da OECD em matemática e superaram-na em ciências e leitura (Marôco, 2021).

Perante os fracos resultados obtidos no PISA no ano 2000, os diferentes governos portugueses implementaram vários programas e planos para melhorar o sistema educativo. Entre 2006 e 2007 foram promovidos programas específicos para cada

competência, como o “Plano Nacional de Leitura”, com o objetivo de melhorar as competências e, consequentemente, os resultados dos alunos em leitura (Carvalho et al., 2017). Também, em 2006, foi relançado o programa Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP), que trouxe melhorias significativas nos resultados do PISA, que foi criado com base na análise da relação entre os resultados dos alunos e o nível socioeconómico das famílias (Moreno-Medina et al., 2024).

Após estas reformas seguiram-se muitas outras que incluíram alterações no currículo; maior autonomia para as escolas e uma atenção reforçada à formação inicial dos professores (Marôco, 2021).

De acordo com Marôco (2021), com base nas estatísticas disponíveis no PORDATA¹, o aumento do financiamento público na educação, em Portugal, contribuiu para a melhoria dos resultados no PISA. Com o “Projeto de Autonomia e Flexibilidade Curricular” em 2018, os resultados do PISA estancaram, contudo mantiveram-se acima da média da União Europeia e da OECD.

Apesar de existir uma vasta bibliografia que evidencia a melhoria do desempenho académico dos estudantes e das escolas em Portugal, não existem estudos empíricos que analisem, detalhadamente, como evoluíram os indicadores de igualdade e equidade no sistema educativo. Por essa razão, neste trabalho, aprofundamos o estudo da eficácia das políticas e reformas educativas implementadas em Portugal ao longo do século XXI, analisando se as melhorias no desempenho foram acompanhadas por progressos nos níveis de equidade educativa.

Tendo em conta o exposto, o presente estudo tem como objetivo analisar a evolução da iniquidade educativa em Portugal entre 2000 e 2022, no contexto das reformas educativas implementadas, considerando os níveis de segregação socioeconómica, desigualdade nos resultados e desigualdade de oportunidades. Para responder a este objetivo, são colocadas as seguintes questões de investigação:

Q11. Quais são os níveis de segregação, desigualdade de resultados e desigualdade de oportunidades alcançados em Portugal em comparação com os dos países da União Europeia e da OECD?

Q12. Como têm evoluído os indicadores de iniquidade educativa em Portugal? Esta evolução é semelhante à dos países da União Europeia e da OECD?

Q13. Quais são os prováveis efeitos das políticas educativas implementadas nos últimos anos sobre a evolução da iniquidade educativa em Portugal?

2. METODOLOGIA

2.1 Desenho da Investigação

A investigação realizada foi de carácter exploratório-descritivo, com um desenho não experimental transversal por coortes, baseado em dados secundários do PISA. As coortes foram constituídas pelas bases de dados das oito avaliações PISA realizadas em Portugal.

2.2 Participantes

Partindo da população estudantil de 15 anos, em Portugal, em 2000-2022, a OECD obtém uma amostra probabilística estratificada por conglomerados em duas etapas (OECD, 2023). Os tamanhos das amostras, em cada coorte, foram as seguintes (n=alunos; m=escolas):

- 2000: n=2545; m=149
- 2003: n=4608; m=153
- 2006: n=5109; m=173
- 2009: n=6298; m=214
- 2012: n=5722; m=195
- 2015: n=7325; m=246
- 2018: n=5932; m=276
- 2022: n=6793, m=224

2.3 Variáveis

Os indicadores de iniquidade educativa exigiram o uso de duas variáveis disponíveis em PISA:

- Desempenho global: obteve-se a pontuação média de cada estudante a partir das três competências avaliadas no PISA (matemática, leitura e ciências).
- Nível Socioeconómico (NSE): a variável *index of economic, social and cultural status* (ESCS) do PISA reflete o status socioeconómico familiar do estudante, conforme uma distribuição normal (0,1).
- Foram calculados os seguintes indicadores de iniquidade educativa:
- Segregação interestudante (SEG_{est}): dispersão global do NSE. Obteve-se o desvio padrão da variável ESCS no nível estudante. Valores próximos a 1 indicam que a iniquidade socioeconómica no país é semelhante ao padrão dos países participantes no PISA.
- Segregação escolar (SEG_{esc}): diferenças existentes no NSE médio das escolas, ou seja, distribuição homogénea ou heterogénea de estudantes nas escolas, em

função do seu NSE. Obteve-se o Índice de Correlação Intraclasse (ICC) do modelo de regressão multinível nulo que inclui ESCS como variável dependente (Murillo, 2016) (Eq.1):

$$NSE_{ij} = \beta_0 + \mu_{0j} + \varepsilon_{ij} \quad (1)$$

NSE_{ij} =nível socioeconómico do estudante i na escola j ; β_0 =média de ESCS em Portugal; μ_{0j} =erro do nível escola; ε_{ij} =erro do nível estudante.

Seg_{esc} é a divisão entre a variância interescolar (σ^2_{inter}) e intraescola (σ^2_{intra}) do anterior modelo (Eq.2):

$$SEG_{esc} = \frac{\sigma^2_{inter}}{\sigma^2_{intra} + \sigma^2_{inter}} \quad (2)$$

- Desigualdade de resultados interestudante ($DesigR_{est}$): variabilidade do desempenho académico entre os estudantes. Obteve-se o coeficiente de variação do desempenho global.
- Desigualdade de resultados escolar ($DesigR_{esc}$): diferenças no desempenho global entre escolas, isto é, distribuição homogénea, ou heterogénea, dos estudantes nas escolas em função do seu desempenho. Como em SEG_{esc} , obteve-se o ICC do modelo multinível nulo com o desempenho global como variável dependente.
- Desigualdade de oportunidades ($DesigO_{est}$): relação entre o NSE e o desempenho académico dos estudantes. Obteve-se o coeficiente de determinação (R^2) entre ESCS e desempenho.
- Desigualdade de oportunidades a nível escolar ($DesigO_{esc}$): percentagem da variância interescola do desempenho explicada pelo NSE de estudantes e escolas. Obteve-se o índice Pseudo- R^2 de McFadden (Martínez-Abad et al., 2024) adaptado (Eq.5), comparando a variância interescolar do modelo multinível nulo (Eq.3) com a do modelo multinível completo (Eq.4), que inclui ESCS como variável explicativa. Incluíram-se como variáveis explicativas ESCS de nível estudante e ESCS de nível escolar, com declives e interceptos aleatórios:

$$Desemp_{ij} = \beta_0 + \mu_{0j} + \varepsilon_{ij} \quad (3)$$

$$Desemp_{ij} = \beta_0 + \beta_1 NSE_{ij} + \mu_{1j} NSE_{ij} + \beta_2 NSE_j + \mu_{0j} + \varepsilon_{ij} \quad (4)$$

$$DesigO_{esc} = 1 - \frac{\sigma^2_{inter_comp}}{\sigma^2_{inter_null}} \quad (5)$$

$Desemp_{ij}$ =Desempenho do estudante i na escola j ; β_0 = pontuação média do desempenho em Portugal; μ_{0j} = erro do nível escola; ε_{ij} = erro do nível estudante; β_1 =parâmetro fixo associado ao NSE de cada estudante i da escola j ; β_2 = parâmetro fixo associado ao NSE da escola j ; μ_{0j} = parâmetro aleatório da escola j associado a NSE_{ij} ; $\sigma^2_{inter_comp}$ =variância interescolar do modelo completo; $\sigma^2_{inter_null}$ =variância interescolar do modelo nulo.

2.4 Procedimento e análise de dados

Foram descarregadas as bases de dados do PISA, disponíveis em acesso aberto², e realizaram-se os cálculos mencionados anteriormente de forma independente em cada edição. Para estabelecer uma linha de base para comparação foram, igualmente, obtidos os indicadores de desigualdade para o conjunto de países da União Europeia (UE) e da OECD³.

Todas as análises estatísticas foram efetuadas tendo em conta as orientações técnicas da OECD (2022b). Quando, no cálculo do indicador, interveio a variável desempenho, foi estimada a média dos n modelos obtidos a partir dos n valores plausíveis disponíveis (Jakubowski & Gajderowicz, 2022; OECD, 2023). As bases de dados foram ponderadas pelos pesos populacionais disponíveis, utilizando os pesos dos estudantes para os indicadores ao nível do estudante e os pesos das escolas para os indicadores ao nível da escola (Jakubowski & Gajderowicz, 2022).

As análises estatísticas foram realizadas com o SPSS v.23, e a elaboração dos gráficos com o Microsoft Excel.

3. RESULTADOS

3.1 Exploração descritiva

A Tabela 1 apresenta as pontuações médias obtidas pelos estudantes portugueses nas três áreas avaliadas e no NSE. Em relação ao desempenho académico, apesar de, no ano 2000, as pontuações se encontrarem claramente abaixo do padrão da OECD (500 pontos), observa-se um crescimento consistente nas três áreas até 2015-2018, onde se atinge o máximo. Em 2022, alinhado com a tendência da OECD, nota-se uma queda abrupta. A dispersão do desempenho situa-se, em geral, em torno de 90 pontos abaixo dos níveis globais da OECD (100 pontos).

No que diz respeito ao NSE, verificam-se médias negativas, abaixo do padrão da OECD. Esta diferença foi sendo progressivamente reduzida até 2022. A dispersão do NSE mantém-se em torno de 1,1 pontos, indicando que a desigualdade socioeconómica é ligeiramente superior à média da OECD.

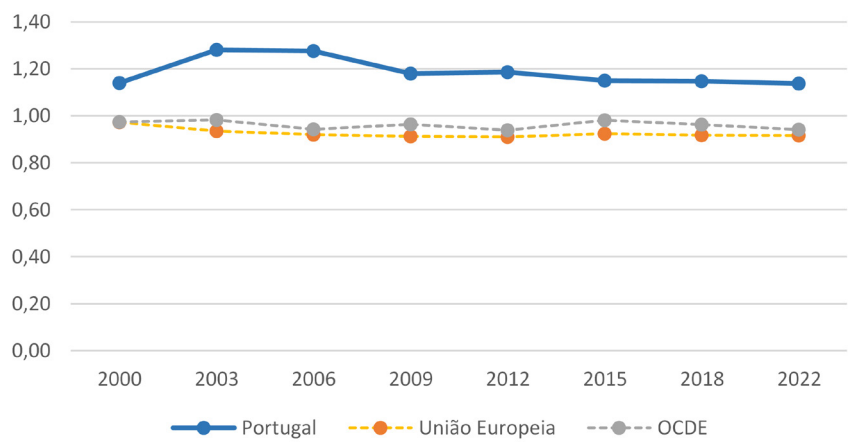
Tabela 1.
Evolução do desempenho e NSE em Portugal

Ano	Matemáticas		Leitura		Ciências		NSE	
	Média	DP	Média	DP	Média	DP	Média	DP
2000	453.74	91.33	466.85	98.11	458.82	94.20	-0.37	1.14
2003	466.02	87.63	477.57	92.73	470.55	89.63	-0.63	1.27
2006	466.16	90.67	472.30	98.80	468.73	93.98	-0.62	1.28
2009	486.89	91.41	489.33	86.80	487.65	89.60	-0.32	1.18
2012	487.06	93.95	487.76	93.51	487.47	93.85	-0.48	1.19
2015	491.63	95.75	498.13	91.95	501.10	91.82	-0.39	1.15
2018	492.49	96.38	491.80	96.09	491.68	91.98	-0.39	1.16
2022	471.91	89.63	476.59	93.54	484.37	92.04	-0.23	1.14

3.2 *Evolução dos indicadores de iniquidade*

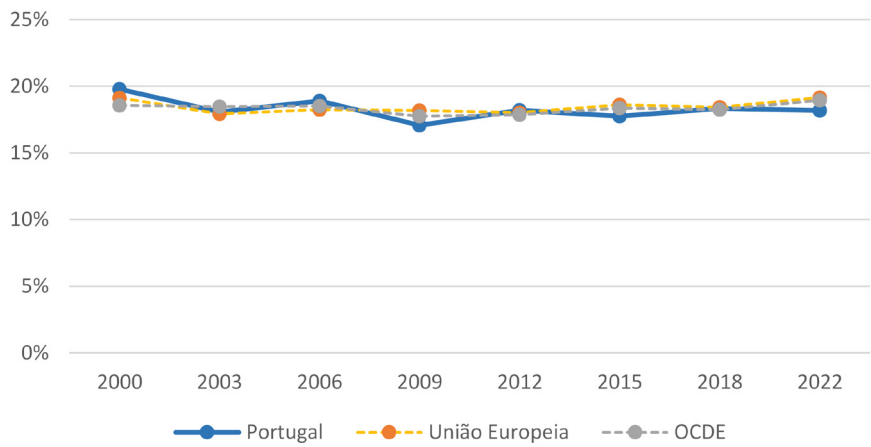
A Figura 1 apresenta a evolução do indicador de segregação socioeconómica entre os estudantes. Os níveis de desigualdade socioeconómica em Portugal permanecem, consistentemente, acima das linhas de base da UE e da OECD, embora com uma ligeira tendência de queda desde 2006.

Figura 1.
Segregação interestudente



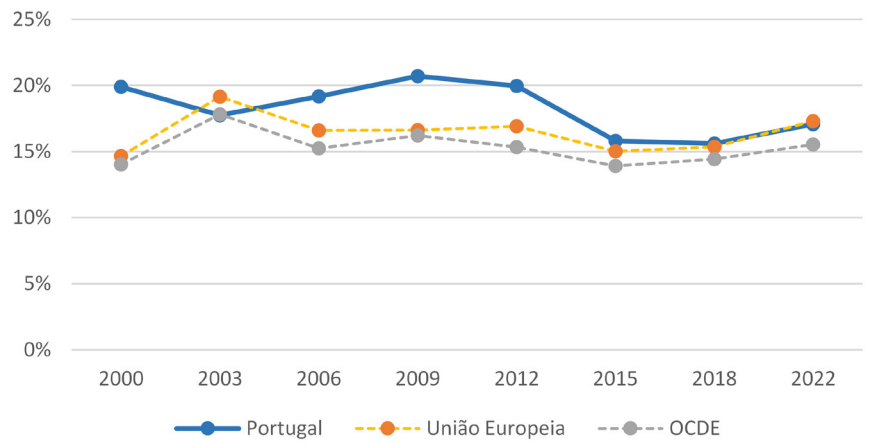
A heterogeneidade dos resultados académicos entre os estudantes (Figura 2) apresenta resultados muito semelhantes aos dos países do mesmo contexto, sem uma tendência clara. A variabilidade do desempenho situa-se, sistematicamente, próxima dos 20 %. Enquanto na edição de 2022 se observa um ligeiro aumento na UE e na OECD, em Portugal o nível apresenta uma leve redução.

Figura 2.
Equidade como igualdade de resultados (estudante)



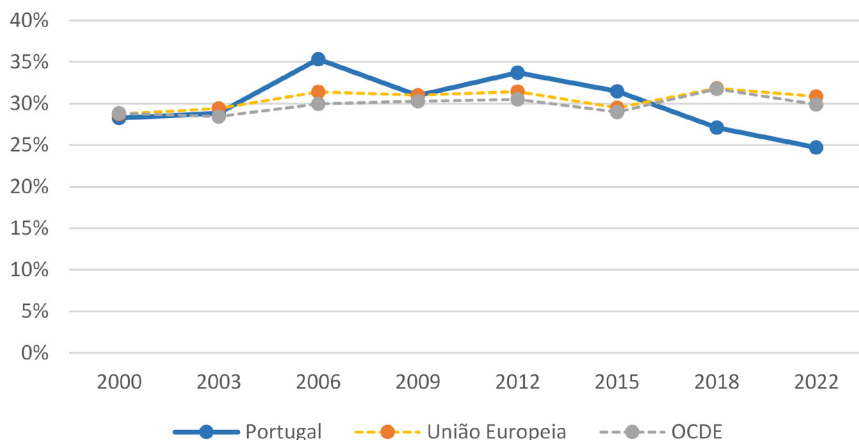
A evolução da correlação entre NSE-Desempenho nos estudantes (Figura 3) começa, em Portugal, com níveis superiores aos das linhas de base, atingindo os maiores níveis de desigualdade em 2009. No entanto, Portugal apresenta uma tendência clara descendente no período de 2009 a 2018, aproximando-se do padrão da UE. Em 2022, esses níveis voltam a subir ligeiramente, tanto em Portugal quanto nos países do mesmo contexto.

Figura 3.
Equidade como igualdade de oportunidades (estudante)



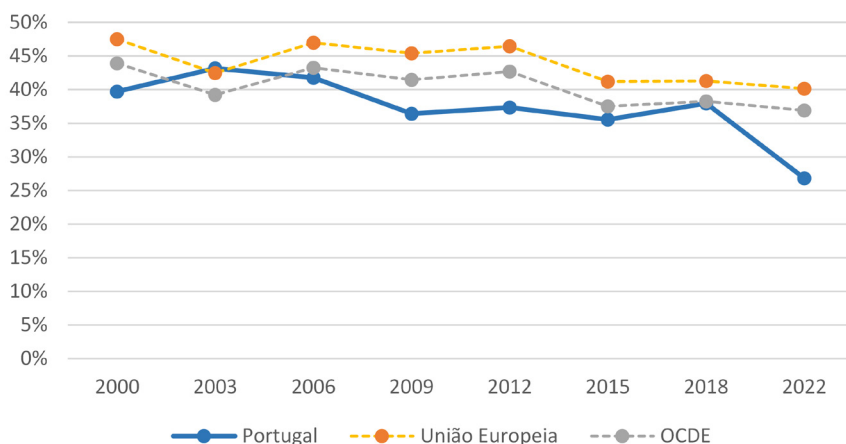
A Figura 4 mostra que os níveis de segregação socioeconómica escolar em Portugal diminuem, partindo de valores em torno de 35 % em 2006, para menos de 25 % em 2022. Nas duas últimas edições Portugal posicionou-se, claramente, abaixo dos níveis de segregação escolar observados na UE e na OCDE.

Figura 4.
Segregação escolar



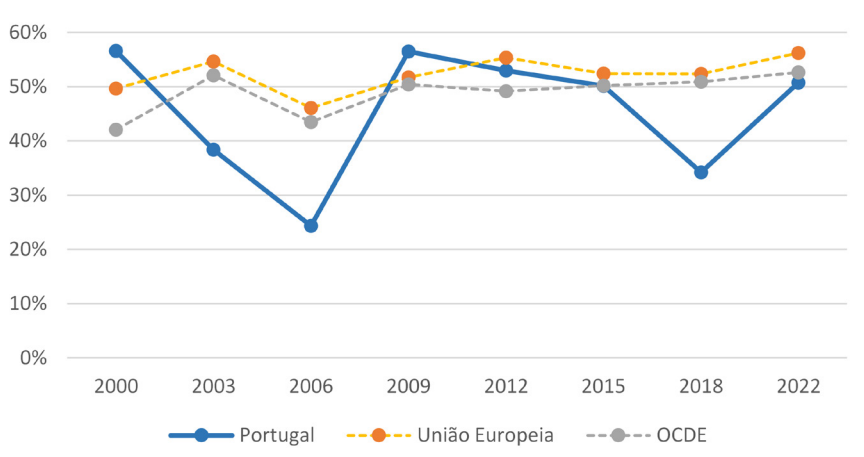
A desigualdade de resultados entre escolas (Figura 5) mostra uma tendência muito satisfatória em Portugal, passando de valores em torno de 40 % nas primeiras edições (próximos aos níveis da UE e da OCDE) para estar próximo de 25 % em 2022. Entre 2018 e 2022, observa-se uma redução abrupta na heterogeneidade dos resultados entre as escolas portuguesas.

Figura 5.
Equidade como igualdade de resultados (escola)



Por último, a Figura 6 mostra que a relação entre o NSE e o desempenho ao nível da escola se mantém em níveis gerais muito elevados, com uma ligeira tendência crescente na UE e na OECD. Em Portugal, observa-se uma tendência favorável entre 2009 e 2018; no entanto, em 2022, perde-se grande parte dos avanços alcançados, voltando a níveis semelhantes aos dos países da linha de base.

Figura 6.
Equidade como igualdade de oportunidades (escola)



4. Discussão e conclusões

O principal objetivo deste trabalho foi explorar a evolução dos níveis de iniquidade educativa no ensino secundário do sistema educativo português ao longo deste primeiro quarto do século XXI, analisando se as reformas educativas implementadas desde a primeira participação de Portugal numa avaliação internacional de grande escala, em 1995, tiveram impacto nos resultados obtidos a nível macro. As evidências de estudos anteriores demonstram que Portugal conseguiu aumentar os níveis de qualidade do seu sistema educativo no ensino secundário, pelo menos no que diz respeito à melhoria do desempenho académico médio dos seus estudantes (Cobrerros & Gortazar, 2023). Este trabalho aprofundou essa análise, procurando perceber se essa melhoria da qualidade também se verifica no domínio da equidade educativa.

Relativamente à primeira questão de investigação, as evidências são reveladoras. Os resultados obtidos na última avaliação PISA 2022 mostram níveis de segregação escolar e igualdade de resultados académicos entre escolas mais favoráveis em Portugal que nos países vizinhos, tanto em comparação com a União Europeia como com a OCDE. Estes resultados são consistentes com as conclusões de Cobrerros &

Gortazar (2023), que indicam uma queda em países próximos de Portugal, como França e Itália. O relatório da OECD (2022a) sobre a revisão da educação inclusiva em Portugal também ilustra a tendência de maior equidade no sistema educativo português. No entanto, no que diz respeito à igualdade de oportunidades, os níveis registados por Portugal na última medição de 2022 encontram-se em patamares muito semelhantes aos dos países do mesmo contexto: ligeiramente favoráveis na comparação entre escolas, mas ligeiramente desfavoráveis ao nível dos estudantes. Os estudos existentes sobre a relação entre o nível socioeconómico e o desempenho são escassos. Contudo, Marôco (2017), no seu estudo, concluiu que o NSE é um forte preditor da variação observada nas pontuações regionais do PISA 2015.

O dado mais desfavorável obtido está relacionado com a desigualdade na distribuição da riqueza económica e cultural entre as famílias que, em Portugal, está claramente acima dos padrões dos outros países. Isto pode ser explicado, por um lado, pelo Índice de Gini, onde Portugal apresenta um nível mais elevado em relação aos países vizinhos, com um valor de 33,7 % de desigualdade salarial. Por outro lado, no Índice de Desenvolvimento Humano, o país encontra-se na 42.^a posição, abaixo de países como Espanha, Itália, Alemanha ou Reino Unido (PNUD, 2024).

A resposta à segunda questão colocada neste estudo permite compreender melhor como Portugal alcançou a sua situação atual em termos de equidade educativa. Enquanto, nos primeiros 10 anos do século XXI, não se registaram grandes mudanças nos níveis de disparidade socioeconómica e académica entre escolas, nos últimos 15 anos avaliados, a homogeneidade entre escolas aumentou de forma significativa em paralelo com uma melhoria do desempenho académico dos estudantes (Carvalho et al., 2017). De facto, esta evolução favorável, tanto na redução da segregação escolar como na igualdade de resultados, é mais acentuada que nos países da União Europeia e da OECD. Nesta mesma linha, desde 2009, observa-se uma redução do impacto do nível socioeconómico sobre o desempenho dos estudantes embora, a partir de 2015, esta tendência se estabilize e permaneça semelhante à dos países do mesmo contexto. Estes resultados reforçam a ideia que as reformas educativas implementadas em Portugal têm funcionado de forma adequada (Carvalho et al., 2017; Marôco, 2021).

Passando para a terceira questão de investigação colocada, as evidências confirmam o impacto positivo das políticas educativas desenvolvidas em Portugal nos últimos 20 anos sobre a qualidade do sistema. Considerando que as diferentes medidas implementadas ao longo dos anos em Portugal coincidem com os ciclos do PISA considera-se que, muitas delas, são consequência dos resultados do PISA. Desta forma, Portugal, ao longo dos vários ciclos do PISA que foram coincidindo com vários governos, foi implementando políticas e estratégias para melhorar os resultados nacionais e internacionais. Desde o início da participação de Portugal no PISA, as

desigualdades educativas foram identificadas como uma preocupação central, tornando-se particularmente evidente, em 2006, a relação entre o nível socioeconómico e o desempenho académico dos alunos (Marôco, 2021). Nesse contexto, foram adotadas medidas como o aumento do apoio económico às famílias de baixos rendimentos, a expansão do acesso à internet no ensino primário com o Plano de Educação Tecnológica e a reorganização do Programa de Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP), que contribuíram para a melhoria dos resultados educativos e para a mitigação das desigualdades (Marôco, 2021).

Embora o PISA seja um programa correlacional, e não implique causalidade direta, é inegável que muitas políticas implementadas no sistema educativo português foram uma resposta aos desafios evidenciados pelos seus resultados (Marôco, 2021). Entre as principais medidas adotadas para reduzir as desigualdades destacam-se a expansão da educação pré-escolar, a diversificação das práticas pedagógicas, a melhoria das infraestruturas escolares e o alinhamento curricular com referenciais internacionais. Adicionalmente, o aumento do investimento per capita em educação, a valorização da formação pedagógica docente, a promoção do envolvimento parental e a melhoria da qualificação dos próprios pais contribuíram para o fortalecimento da equidade educativa (Ferreira et al., 2017).

Apesar dos progressos alcançados, recomenda-se a continuidade de estratégias para promover a equidade desde as salas de aula, conforme indicado pela OECD (2022a). Entre as recomendações, destaca-se a importância de promover a justiça social no ensino e a necessidade de repensar a centralização do sistema educativo, promovendo maior estabilidade e permanência dos docentes nas instituições escolares.

Todos estes programas e políticas implementados em Portugal foram desenvolvidos por diferentes governos ao longo dos anos. Contudo, em concordância com as recomendações da OECD (2022a), considera-se necessário continuar a promover a equidade a partir das salas de aula. Além disso, dado que o sistema educativo em Portugal é altamente centralizado, dificultando a estabilidade dos profissionais numa mesma escola, recomenda-se a implementação de medidas que consolidem a permanência dos docentes nas instituições.

Relativamente às limitações e à perspetiva futura deste estudo, em primeiro lugar, é importante notar que as provas PISA são aplicadas de forma amostral e trienal. A ausência de informação censitária e anual dificulta o estabelecimento de relações imparciais entre as políticas educativas implementadas e os resultados académicos obtidos. Assim, entendemos que a proposta metodológica apresentada nesta investigação terá maior potencial para a melhoria educativa se for aplicada no âmbito das avaliações diagnósticas implementadas em muitos países que, geralmente, têm caráter censitário e anual. Em futuros estudos será apropriado replicar o uso destes indicadores a partir dos resultados dessas avaliações diagnósticas, fornecendo à

administração educativa informações mais precisas e atualizadas que evidenciem, de forma mais clara, os impactos das políticas educativas sobre a equidade do sistema educativo.

Por outro lado, a falta de estudos prévios como este, de carácter exploratório ou explicativo e focados na análise da equidade nos sistemas educativos, dificulta a realização de análises comparativas que promovam uma reflexão mais aprofundada. De facto, nem sequer existe consenso académico sobre os indicadores mais adequados para medir a iniquidade educativa o que limita, significativamente, as possibilidades de replicação, comparabilidade e, consequentemente, o progresso sólido e consistente do conhecimento nesta área. Assim, a aplicação deste procedimento a outros países e regiões pode contribuir para o desenvolvimento de estudos e análises de educação comparada que identifiquem, com maior clareza, as ações educativas eficazes para proteger e promover a equidade educativa, considerando os diferentes contextos socioeconómicos e culturais.

Finalmente, é importante destacar que este estudo teve um carácter meramente exploratório, com o objetivo de compreender o estado atual e a evolução da iniquidade em Portugal, sem aprofundar outros fatores educativos ou socioeconómicos que possam estar a interagir com a própria iniquidade. Por esta razão, com base nos resultados deste estudo, consideramos necessário desenvolver investigações de carácter explicativo ou preditivo que facilitem a identificação de fatores socioeconómicos e educativos que protejam a equidade, tanto ao nível do sistema educativo como ao nível das escolas.

Em suma, os resultados obtidos neste trabalho demonstram que é possível implementar políticas educativas que, paralelamente à melhoria do desempenho académico geral dos estudantes, consigam manter, e até mesmo melhorar, os níveis de equidade. Apesar dos avanços de Portugal na luta contra a iniquidade, ainda persistem desafios que exigem atenção para continuar a melhorar o sistema educativo. Um desses desafios é fortalecer a capacidade de alguns municípios de fornecer recursos adicionais e de qualidade às escolas (OECD, 2022a), essencial para garantir um acesso equitativo a uma educação de qualidade. Além disso, o presente estudo oferece uma metodologia de análise da iniquidade educativa simples e escalável, que possibilita analisar os resultados das políticas implementadas pelos governos, promovendo a transparência e a prestação de contas.

Notas

¹ <https://www.pordata.pt/pt>

² <https://www.oecd.org/pisa/data/>

³ Para evitar que no cálculo de cada onda participasse um conjunto diferente de países foram considerados, em todas as ondas, como países da UE e da, respetivamente OECD, todos os países que faziam parte dessas organizações no ano de 2023.

5. Referências bibliográficas

- Barroso, J. (2003). Organização e regulação dos ensinos básico e secundário, em Portugal. *Revista de Ciências da Educação*, 24(82), 63-92. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302003000100004>
- Bolívar, A. (2012). Justicia social y equidad escolar. Una revisión actual. *Revista internacional de educación para la Justicia Social*, 1(1), 9-45.
- Bulkley, K. E. (2013). Conceptions of equity: How influential actors view a contested concept. *Peabody Journal of Education*, 88(1), 10-21. DOI:10.1080/0161956X.2013.752309
- Carvalho, L. M., Costa, E., & Gonçalves, C. (2017) Fifteen years looking at the mirror: on the presence of PISA in education policy processes (Portugal, 2000-2016). *European Journal of Education*, 52(2), 154-166. <https://doi.org/10.1111/ejed.12210>
- Cobrerros, L., & Gortazar, L. (2023). *Todo lo que debes saber de PISA 2022 sobre equidad. La equidad educativa en España y sus comunidades autónomas en PISA 2022* (pp. 1-30).
- Dumont, H., & Ready, D. D. (2023). On the promise of personalized learning for educational equity. *Npj Science of Learning*, 8(1), Article 1. <https://doi.org/10.1038/s41539-023-00174-x>.
- Enchikova, E., Neves, T., Toledo, C., & Nata, G. (2024). Change in socioeconomic educational equity after 20 years of PISA: A systematic literature review. *International Journal of Educational Research Open*, 7. <https://doi.org/10.1016/j.ijedro.2024.100359>
- Ferreira, A. S., Flores, I., & Casas-Novas, T. (2017). *Porque melhoraram os resultados PISA em Portugal. Estudo longitudinal e comparado (2000-2015)*. Fundação Francisco Manuel dos Santos. <https://ffms.pt/sites/default/files/2022-08/introducao-ao-estudo-porque-melhoraram-os-resultados-pisa-em-portugal.pdf>
- Gromada, A., Rees, G., & Chzhen, Y. (2019). Comparing inequality in adolescents' reading achievement across 37 countries and over time: Outcomes versus opportunities. *Compare: A Journal of Comparative and International Education*, 51(4), 495-511. <https://doi.org/10.1080/03057925.2019.1640597>
- Holgado-Aguadero, M., Martínez-Abad, F. & Hernández-Ramos, J. P. (2025). Estudio de factores sociodemográficos asociados a la inequidad educativa en la Educación Secundaria en España. Un análisis de las pruebas PISA. *Estudios sobre Educación*, Early Access: 2024. <https://doi.org/10.15581/004.49.002>
- Jakubowski, M. & Gajderowicz, T. (2022). Application of multilevel models to international large-scale student assessment data. In M. S. Khine (Ed.), *Methodology for multilevel modeling in educational research: Concepts and applications* (pp. 185-201). Springer <https://doi.org/10.15446/cuad.econ.v33n63.45344>
- Marôco, J. (2017). Assimetrias educacionais em Portugal: através das lentes do PISA. In Conselho Nacional de Educação (CNE) (Ed.), *Estado da Educação 2016* (pp.254-274). Conselho Nacional de Educação (CNE). http://www.cnedu.pt/content/noticias/CNE/CNE-EE2016_web.pdf
- Marôco, J. (2021). Portugal: The PISA effects on education. En N. Crato (Ed.), *Improving a country's education* (pp.159-174). Springer. https://doi.org/10.1007/978-3-030-59031-4_8

- Martínez-Abad, F., Crespi, M. C., Mikulic, I. M., & Holgado-Aguadero, M. (2024). Evolución de la Inequidad y Segregación Socioeconómica en la Educación Secundaria Argentina. *REICE. Revista Iberoamericana sobre Calidad, Eficacia y Cambio en Educación*, 22(4), Article 4. <https://doi.org/10.15366/reice2024.22.4.009>
- Moreno-Medina, I., Fernandes, P., & Murillo, F. J. (2024). Aprendiendo del éxito de las escuelas portuguesas en contextos desafiantes para luchar contra las desigualdades y el fracaso escolar. *Aula Abierta*, 53(1), 7-14. <https://doi.org/10.17811/rifie.19326>
- Murillo, F. J. (2016). Midiendo la Segregación Escolar en América Latina. Un análisis Metodológico utilizando el TRECE. *REICE. Revista Iberoamericana sobre Calidad, Eficacia y Cambio en Educación*, 14(4), 33-60. <https://doi.org/10.15366/reice2016.14.4.002>
- Murillo, F. J., Martínez-Garrido, C., & Graña, R. (2023). Segregación Escolar por Nivel Socioeconómico en Educación Primaria en América Latina y el Caribe. *REICE. Revista Iberoamericana sobre Calidad, Eficacia y Cambio en Educación*, 21(1), Article 1. <https://doi.org/10.15366/reice2023.21.1.005>
- OECD (2022a). *Review of inclusive education in Portugal*. OECD Publishing. <https://doi.org/10.1787/a9c95902-en>
- OECD (2022b). *PISA 2022. Technical Report*. OECD Publishing. <https://doi.org/10.1787/01820d6d-en>
- OECD (2023). *PISA 2022 Results (Volumen I): The State of Learning and Equity in Education*, PISA, OECD Publishing. <https://doi.org/10.1787/03c74bd-en>
- PNUD. (2024). *Informe sobre el desarrollo humano 2023/2024*. ONU. <https://hdr.undp.org/system/files/documents/global-report-document/hdr2023-24snapshotsp.pdf>
- UNESCO. (1990). World Declaration on Education for All and Framework for Action to Meet Basic Learning Needs.

Fernando Martínez-Abad

Instituto Universitario de Ciencias de la Educación,
Universidad de Salamanca, Espanha

Email: fma@usal.es

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1783-8198>

Carolina Alexandra Martins-Azinheiro

Instituto Universitario de Ciencias de la Educación,
Universidad de Salamanca, Espanha

Email: carolinazinheiro@usal.es

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9250-7196>

María Holgado-Aguadero

Instituto Universitario de Ciencias de la Educación,
Universidad de Salamanca, Espanha

Email: mhola@usal.es

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4006-3757>

Juan Pablo Hernández-Ramos

Instituto Universitario de Ciencias de la Educación,
Universidad de Salamanca, Espanha

Email: juanpablo@usal.es

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0902-5453>

Data de submissão: março de 2025

Data de avaliação: abril de 2025

Data de publicação: outubro 2025